

JANTSCH, Ari Paulo, BIANCHETTI, Lucídio (Org.). *Interdisciplinaridade : para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis : Vozes, 1995, 204 p. Obra coletiva com textos dos organizadores e de Gaudêncio Frigotto, Norberto J. Etges, Fritz Waliner, Roberto Follali e Antônio Joaquim Severino. Apresentação de Valdemar Sguissardi. ISBN 85-326-1536-8

Uma evidente intenção crítica perpassa a obra coletiva *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Pretende pôr em discussão a idéia que se tornou dominante entre nós a respeito da interdisciplinaridade, a saber, de que esta seria uma prática cognitiva que haveria de resolver o problema da fragmentação do conhecimento e de sua cada vez mais ace-

lerada constituição em especialidades. O bosque, tendo se dispersado em árvores, pelo esforço interdisciplinar voltaria a se juntar novamente naquilo que dele faria um ser totalizado: um bosque. O conhecimento, por mais parcelizações que tivesse sofrido ao longo da história, pela ação interdisciplinar retomaria ao fundo comum, a uma imaginada unidade, onde as di-

ferenças se anulariam formando o conhecimento *sans phrases*.

E contra esse significado de interdisciplinaridade - produto de uma equivocada "filosofia do sujeito", redutora das diferenças, voluntarista e moralizante - que os autores, com exceção de um, como veremos, constroem seus argumentos.

Ari Paulo Jantsch e Lucidio Bianchelti, os organizadores da coletânea - além do texto introdutório à obra, "Interdisciplinaridade - para além da filosofia do sujeito", contribuem com mais dois, "Imanência, história e interdisciplinaridade" (p. 177-193) e "Universidade e interdisciplinaridade" (p. 195-204) - insistem na necessidade de se conceber o saber historicamente, o que lhe devolveria as características básicas de contingencialidade e diferenciação. Por outro lado, afirmam que a "atual materialidade, histórica" (p. 196) criou o campo novo da interdisciplinaridade, isto é, a tendência à aproximação do que foi sendo historicamente fragmentado, de modo mais claro a partir da Idade Moderna. Essa tendência de unificação, entretanto, é aquela mesma preconizada pela visão corrente de interdisci-

plinaridade? Segundo os autores, antes de ser uma anulação das diferenças, a prática interdisciplinar que vêem ser possível é a de uma articulação das diferenças cognitivas, sem voluntarismos nutridos por posturas moralistas ingenuamente fundadas em ideológicos conceitos de bem e mal.

Articular as diferenças - esta também é a posição adotada por Roberto Follari acerca da interdisciplinaridade nos seus dois artigos (principalmente no segundo), "Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade" (p. 97-110) e "Interdisciplina e dialética: sobre um mal-entendido" (p. 127-141). Esta visão de coisas preserva as diferenças, uma vez que só se pode articular algo com algo se estes entre si mantêm suas identidades.

Talvez seja Follari, um doutor em psicologia, aquele que, dentre os articulistas, mais se esforce para rastrear a origem político-econômica da interdisciplinaridade. Conforme o autor, "a interdisciplina surgiu nos anos 70 como reação do capitalismo diante de seus próprios problemas de legitimação" (p. 129). Essa busca de legitimação teria se tornado necessária em face das gritantes dissimetrias

ocorridas entre dominantes e dominados. ricos e pobres etc., a partir da década de 70, quando o capitalismo contemporâneo (de modo especial no contexto latino-americano) decididamente se embrenha na via neoliberal. A interdisciplinaridade, na sua versão conhecida de camuflagem das diferenças, teria sido deflagrada (pelas maquiavélicas elites dominantes?) para instalar uma espécie de "ideologia comunitária" (p. 108) que procura justapor o não justaponível, unir o que deve ficar separado e desdiferenciar o diferenciado. Percebe-se aqui uma grande semelhança com a reflexão que Pablo Gentili e outros desenvolvem a respeito da ideologia neoliberal da "participação".

Mais espinhosa se torna a tarefa de Follari ao procurar encontrar ainda hoje, e em relação ao tema da interdisciplinaridade, um sentido para a dialética Equilibrado como sempre, rejeita seu lado totalitário e teleológico para ficar com uma sua possível função metodológica de "recuperação do movimento" da totalidade social (p. 129). Mesmo se concordarmos com essa função, digamos, pós-moderna da dialética, permanece sempre o problema de equacionar episte-

mológicamente uma categoria tão inflacionaria como é a da totalidade quando posta a serviço da compreensão do social.

Já Gaudêncio Frigotto, em "A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais" (p. 25-49), procura trazer elementos para esse equacionamento. Ele os busca, sem dúvida, num dos melhores momentos de Marx, o dos *Grundrisse*, mesmo que na altura do artigo onde discute o assunto apenas cite Kosik (mas o Marx que interessa está presente em todo o texto e na bibliografia). Marx percebera que trabalhar teoricamente com um conceito abstrato, como, por exemplo, o de população, não leva a nada ou, quando muito, leva de volta o conceito a si mesmo. Por isso sugere que caminhemos metodologicamente, do abstrato ao concreto a fim de apanhar a realidade em sua riqueza de "determinações e relações diversas" (Marx, Introdução aos *Grundrisse*). Ora, chegar a isso é chegar a uma totalidade concreta; ou, em outras palavras, a uma totalidade diferenciada. Frigotto nos diz que esse exercício também pode ser chamado de interdisciplinaridade. Nesse caso, seria

interdisciplinar fazer, entre outras coisas, um "inventário crítico da matriz cultural e intelectual dominante em nossa sociedade" (p. 43), mas sempre no sentido de alcançar o que Marx e o autor entendem por totalidade concreta, isto é, algo uno, mas diverso ou, e melhor, uno porque diverso. Assim, poderíamos romper com a letargia alienante que toma conta de nós, desenfeitando-nos dos mil e um passes apologéticos que a máquina capitalista procura fazer todos os dias em torno do consenso, da conciliação e da harmonia (p. 43).

O artigo mais denso da coletânea e, por certo, o que mais apela para uma discussão é, assim pensamos, o de Norberto Etges, "Ciência, interdisciplinaridade e educação" (p. 51 -84). Não podemos aqui retrair as pacientemente trabalhadas linhas de argumentação do autor, de modo particular quando se esforça para levantar as condições de construtividade do conhecimento científico. Contentar-nos-emos com a apresentação da visão que tem sobre a interdisciplinaridade.

Para Etges, uma ação cognitiva interdisciplinar é antes de tudo uma ação de deslocamento, de transposi-

ção de um saber já construído - isto é, organizado em forma de construídos - para outro saber (p. 64, 73, 77). O ato de deslocamento, porém, não deve ser entendido no sentido de aplainar dois saberes distintos ou de torná-los indistinguíveis entre si, dando-lhes uma fisionomia de denominador comum (p. 73). O autor defende a necessidade de se manter a diferenciação entre os saberes ou entre as estruturas cognitivas, mais ou menos como aquilo que ocorre - segundo ele vê a questão - no ato de repassagem do saber do professor ao saber do aluno: o primeiro desloca/transpõe seu saber posto (seus "construídos") para o segundo, que possui (por ser aluno?) estruturas de saber mais limitadas ou acanhadas (p. 77). Aliás, temos a impressão - incerta, como são todas as impressões - de que o texto de Etges nasceu de uma reflexão feita sobre o ato ou o processo de ensino-aprendizagem. Seja como for, a interdisciplinaridade para ele centra-se naquele movimento de transposição ou deslocamento entre saberes diversos por meio de certas estratégias, tais como a do estranhamento (que Etges busca em Waliner, que por sua vez buscou em Wittgenstein) ou a da imersão em

métodos alheios aos sempre seguidos por nós, etc.

Fritz Waliner contribui na coletânea com um texto extremamente sintético, intitulado "Sete princípios da interdisciplinaridade no realismo construtivista" (p. 85-96), no qual apenas pontua alguns fundamentos para um projeto de "formação de redes e contradição", sem propriamente desenvolvê-los. O autor condena a concepção da unidade do espírito humano, posicionando-se a favor da autonomia dos parceiros que estão a construir conhecimentos. Inclui-se, também, entre aqueles que vêm a ação interdisciplinar como uma prática voltada à diferenciação ou à "contradição" - como ele parece dizer (p. 92) - e à construção de redes de legitimação e crítica da ciência (p. 94-96).

O artigo de Antônio Joaquim Severino, "O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar" (p. 159-175) tenta apresentar, em passos cuidadosamente feitos, razões para mostrar que a unidade ou a totalidade são mais importantes que a multiplicidade e a fragmentação. A prática interdisciplinar dar-se-á de tal

modo que, através de um projeto, deverá superar o fragmentário, o diferenciado, e atingir a totalidade.

Ora, não é esse o sonho metafísico? Não é essa a postura terapêutica que vê no fragmentário algo de patológico - exatamente um dos aspectos mais chamativos da "filosofia, do sujeito", como desenhada pelos organizadores no início da obra (p. 16) e que precisamente ela quer contestar? Se for assim, Severino é o único autor da coletânea a entrar em dissidência com o tom contestatório da mesma. Este autor parece estar muito mais preocupado com o "fundo" da experiência histórica e coletiva dos homens e com a metáfora biológica da "matriz placentária" (p. 163) - que seria a cultura ou o universo do saber, onde todos buscaríamos alimento do que com a possibilidade de deixar de sermos eternamente filiais de alguma matriz eternamente doadora de sentido para nossas atribuladas e dependentes existências.

Sérgio Schaefer

Universidade de Santa Cruz do Sul  
(Unisc)

Departamento de Ciências Humanas